



A quem se deve a abolição: negros e as manifestações de 13 de maio em Campinas e Piracicaba (1888-1889)

*Willian Robson Soares Lucindo**

RESUMO

Este artigo pretende analisar as posições políticas das populações negras nas disputas entre republicanos e monarquistas ao longo das comemorações pelo fim do escravismo em 1888 e 1889, nas cidades de Campinas e Piracicaba. A partir de fontes jornalísticas, pôde-se notar ao menos dois posicionamentos: um que dava todo o crédito às campanhas e aos abolicionistas populares, outro, de simpatizantes do Império, que valorizava as atuações do parlamento, da família imperial e do Partido Conservador. No pano de fundo desse debate estava a manutenção do sistema de governo. As populações negras participaram desse momento. Houve apoio aos dois lados, dependendo da afiliação do grupo, mas, de maneira geral, tentaram evidenciar sua condição de pessoas livres.

Palavras-chave: festas; abolicionismo; populações negras; abolição da escravatura.

To whom abolition is due: black people and the 13th of May commemorations in Campinas and Piracicaba (1888-1889)

ABSTRACT

This article analyzes the political positions of Black communities in the disputes between Republicans and monarchists over the celebrations for the end of enslavement in 1888 and 1889, in the cities of Campinas and Piracicaba. Journalistic sources revealed at least two positions. One gave full credit to abolition campaigns and popular abolitionists, while the other, sympathetic to the imperial regime, credited parliament, the imperial family and the Conservative Party. In the background of this debate was whether or not the monarchical system of government should be maintained. Black people participated in this debate, and

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02304905>

Artigo recebido em 5 de agosto de 2020 e aceito para publicação em 13 de fevereiro de 2021.

* Professor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, São Paulo/SP – Brasil. E-mail: wrs10202@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1618-6762>.

there was support for both positions depending on the affiliation of the group. But above all, Black communities on both sides aimed to show their status as free people.

Keywords: commemorations; abolitionism; Black populations; abolition of slavery.

A quién se debe la abolición: negros y las manifestaciones del 13 de mayo en Campinas y Piracicaba (1888-1889)

RESUMEN

Este artículo pretende analizar las posiciones políticas de las poblaciones negras en las disputas entre republicanos y monarquistas a lo largo de las conmemoraciones del fin de la esclavitud en 1888 y 1889, en las ciudades de Campinas y Piracicaba. A partir de las fuentes periodísticas, se pueden notar al menos dos posturas: una que daba todo el crédito a las campañas y a los abolicionistas populares, y otra de simpatizantes del Imperio, que valorizaba las actuaciones del parlamento, de la familia imperial y del partido Conservador. En el paño de fondo de ese debate estaba el mantenimiento del sistema de gobierno. Las poblaciones negras participaban de ese momento. Hubo apoyo a los dos lados, dependiendo de la afiliación del grupo, pero, de forma general, intentaron mostrar su condición de personas libres.

Palabras Clave: fiestas; abolicionismo; poblaciones negras; abolición de la esclavitud.

Apresentação

Os proprietários do periódico *Novidades* do Rio de Janeiro estavam preocupados com as manifestações populares no primeiro aniversário da lei que aboliu a escravatura no Brasil, porque circulavam “com insistência boatos alarmantes de ataques projetados” à imprensa opositora ao governo da época. Seus editores publicaram um apelo ao Senado para que a paz e a ordem fossem mantidas. Nele, informavam que ficaram sabendo por meio de um “colega da *Tribuna Liberal*” que, “por ordem do Sr. [Antônio] Ferreira Vianna, a quantia de 17 contos [fora] destinada a assoldadar a horda de malfeitores”. No “dia da comemoração da liberdade”, eles iriam “impor à garrucha o silêncio às vozes que se ergue[ss]em contra o gabinete [João Alfredo]”. As ameaças e a suposta participação do governo em “assalariar capangas” criavam, de acordo com o pedido dos representantes do jornal, um “estado de falta de garantias e de segurança”, no qual “todos sent[ia]m risco à propriedade e à vida”¹. Além da nota pública ao Senado, foi publicado o requerimento feito pelos proprietários ao juiz de direito da Primeira Vara Cível, “pelas perdas e danos que lhes sucederem”².

¹ *Novidades*, Rio de Janeiro, 11 maio 1889, p. 1.

² *Idem*.

Seu requerimento foi publicado também em *A Província de São Paulo*, que considerava os “projetados ataques” obra “dos libertos de 13 de Maio”³. Não há notícias de que a sede da empresa tenha sido atacada, mas houve conflitos na Corte e em outras Províncias. Em Jundiaí, houve uma grande confusão na comemoração do “Clube Treze de Maio”, porque fora “negada a inscrição a oradores republicanos”, então o sócio “doutor Costa Carvalho aconselhou o povo a abandonar a sala da sessão”, dando continuidade à solenidade nas ruas da cidade paulista. Ao longo do percurso, a “enorme massa de povo” dava “vivas à República”, enquanto as lideranças republicanas faziam seus discursos, inclusive Hipólito Medeiros que, apesar de ser um dos fundadores, “fora eliminado da Sociedade por tomar a defesa dos republicanos”. A população estaria “indignada com a diretoria, que fez dessa Sociedade, subsidiada pelo governo, em um clube conservador”, por isso, naquela ocasião, “os libertos e estrangeiros estiveram sempre ao lado dos republicanos”. Toda manifestação externa foi observada pelo capitão Sucupira, que esteve “oculto no jardim público”. Ele era membro da diretoria e teria tentado fundar uma Guarda Negra no município⁴.

Eis o elemento fundamental para entender os motivos que fizeram a folha paulista acreditar que o ataque ao *Novidades* viria de libertos. A Guarda Negra foi fundada na Corte, cerca de um mês após a extinção da escravatura, e era formada por libertos. Ela apoiava o governo imperial e tumultuou eventos públicos de seus opositores. Sua atuação causava controvérsia entre abolicionistas. No entanto, se havia libertos gratos ao Império, havia outros que se sentiam à vontade em gritar vivas à República, como aconteceu em Jundiaí. Este artigo pretende analisar as celebrações pelo fim do sistema escravista, nas cidades de Campinas e Piracicaba. Julga-se que com a abolição da escravatura havia disputas entre republicanos e monarquistas para serem vistos como seus principais responsáveis e, por isso, dignos de apoio e gratidão dos libertos. Por meio de leituras de jornais, percebeu-se que, apesar desse apoio ser importante na manutenção ou não do sistema governamental, as populações negras não eram vistas como iguais e portadoras de cidadania plena, ao contrário, reforçava-se a ideia de diferença e a necessidade de tutela. Contudo, as festividades organizadas por elas indicam sua busca por autonomia e protagonismo, bem como pluralidade política entre os negros.

Pretos e sambas, homens de cor e solenidades: o 13 de maio de 1888

“O cidadão João Pinto de Almeida” percorreu as fazendas de Piracicaba angariando “donativos entre os novos cidadãos brasileiros para as festas da Redenção”⁵, que aconteceram entre os dias 12 e 13 de junho de 1888. No primeiro dia de festividades, houve uma “ladai-

³ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 1889, p. 1.

⁴ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 maio 1889, p. 1.

⁵ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 31 maio 1888.

na solene na igreja de São Benedito”, que fora “decorada com muito gosto pelo hábil artista Clarindo José da Silva”, e uma apresentação da banda “Azarias de Mello”, no Largo de São Benedito. Na manhã seguinte, foi a vez da banda “São Benedito” se fazer “graciosamente ouvir” até que, em procissão, os festeiros saíssem da mesma igreja do dia anterior e se dirigissem à capela de Santa Cruz, onde foi benzida a imagem do Coração de Jesus. A imagem santa ainda foi levada até a igreja Matriz, antes de retornar ao ponto de partida. Os “libertos” e seus convidados aproveitaram para percorrer as principais ruas da cidade, “acompanhados por duas bandas de músicas”, estourando fogos de artifício e dando vivas, em frente à sede da *Gazeta de Piracicaba*, onde seu diretor “saudou a liberdade”. O encerramento foi realizado na igreja de São Benedito⁶. Um “grande número de libertos” dançou, cantou após a festa e ficou nas imediações até as 11 horas da noite, sem causar nenhuma desordem. Segundo o periódico, isso demonstrava a “índole pacata de todo o povo” que participou dos eventos⁷.

A festa em Piracicaba aconteceu um mês após a assinatura da lei aproveitando o dia de seu padroeiro, Santo Antônio, de acordo com o periódico⁸. Contudo, pode-se explicar tal situação pela forte resistência ao abolicionismo. Em 18 de junho de 1888, o juiz de direito do município informou, em carta, o vice-presidente da Província que “fazendeiros, com o apoio do delegado, haviam usado o dinheiro de uma subscrição, organizada originalmente com o propósito de intimidar abolicionistas, para contratar capangas, que impediam a ‘fuga de libertos’” (MONSMA, 2016, p. 130).

Os estudos de Claudia Tessari (2000) e Karl Monsma (2016) indicam que em Piracicaba as fazendas de cana-de-açúcar eram baseadas no trabalho escravo e, após a abolição, de negros libertos. As lideranças da cidade usaram o discurso contra a ociosidade para reprimir os libertos e mantê-los em seus antigos postos de trabalho. A situação de dependência do trabalho escravo permite entender o descontentamento com a extinção imediata do escravismo. Em maio, não há notícias na imprensa local de grandes festas na cidade, que também é conhecida por ser reduto de membros ilustres do Partido Liberal e do Partido Republicano Paulista (PRP), como Prudente de Moraes. Há notas em *A Província de São Paulo* e *Diário de Notícias* informando que libertos de Piracicaba celebraram o fim do escravismo, mas a *Gazeta de Piracicaba* não tratou desses festejos. Seus textos exaltaram a lei n.º 3353/1888 como “libertação da nação”, “apagamento da mancha/mácula”, “progresso”, “evolução”, “caminho para se tornar uma das grandes nações civilizadas”. Pouco foi falado sobre os ex-escravos, nada além de que estariam livres do açoite e de que a “raça preta” estava redimida da escravidão. Este é um cenário diferente de outras cidades do Oeste Paulista, inclusive Campinas, que também tinha muitos escravos e economia sustentada pela produção rural.

⁶ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 12 jun. 1888, p. 2; 15 jun. 1888, p. 1.

⁷ *Idem*.

⁸ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 13 jun. 1888, p. 1.

As comemorações dos campineiros foram feitas entre os dias 12 e 20 de maio, organizadas pela imprensa, associações de homens de cor e libertos. No primeiro dia, celebrou-se a aprovação do projeto no Senado com uma “grande procissão cívica”⁹. Ao amanhecer de domingo, “apesar do mau tempo, notava-se na cidade um movimento anormal”. “Grupos de cidadãos cômicos de que a áurea lei seria sancionada” enfeitavam “com afã as diversas ruas, ajudados por muitos ex-escravos, que procuravam contribuir com seu modesto contingente”. Praças, Largos e ruas ficaram cobertas com arcos de folhagens, junto com as bandeiras, iluminação a gás e lanternas que deram outra feição à cidade, “tornando-a festiva e alegre”¹⁰.

As pessoas aguardaram na Praça José Bonifácio até que os fogos estourassem anunciando o fim da escravidão. Bandas tocaram, deram-se vivas à pátria livre, à princesa regente, ao gabinete 10 de Março; o povo dançou e saiu em préstito, parou em frente aos prédios dos jornais, onde os oradores discursaram. Ao final da tarde, por volta das 5 horas, as comemorações foram interrompidas por cerca de duas horas, no entanto, muitos ex-escravos que foram chegando durante a passeata, “esparcos pelas ruas”, expandiram-se e continuaram “a dar vivas aos abolicionistas”. Retomada a celebração, o público pôde ver os enfeites luminosos acessos, que deram efeitos nos arcos e nas instalações particulares. Novamente houve marchas, discursos e bandas¹¹.

Na segunda-feira, as festas continuaram e o comércio permaneceu fechado, “permitindo assim que a briosa classe caixeiral se associasse às festas”. A Câmara Municipal também alterou seu funcionamento, estabelecendo uma reunião extraordinária, encerrada quando “o povo e a comissão dos festejos” pararam em frente ao prédio para ouvir seu presidente. Um vereador votou contra esta decisão e retirou-se da Câmara em meio ao ato. Nesse dia, houve participação das associações particulares e a caminhada foi liderada pela “Banda Italiana”, seguida de uma comissão de libertos. As associações “Luiz Gama” e “Flor da Mocidade”, “composta de libertos”, encontraram-se com a marcha na rua Doutor Quirino. Os ritos foram os mesmos e “depois dos festejos ainda grande massa de ex-escravos percorreu as ruas em entusiásticos vivas”¹².

Os negros de Campinas demonstraram que desejavam também ser protagonistas dos festejos. Publicaram uma “Manifestação dos Libertos”, na qual convidavam os sócios das associações “Filhos de Averno”, “Luiz Gama” e “Flor da Mocidade”, “assim como todos os libertos residentes na cidade a reunirem-se” e tratarem de organizar novas comemorações¹³. Esta seria mais uma das “demonstrações de regozijos da parte dos libertos”. Além disso, no dia 15 de maio, quando a comissão de festas não organizou nenhuma atividade, “muitos pretos com zabumba, percorreram as ruas, dando vivas”, e “até alta noite estiveram em samba”

⁹ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 13 maio 1888, p. 1.

¹⁰ *Gazeta de Campinas*, Campinas (SP), 16 maio 1888, p. 1-2.

¹¹ *Idem*.

¹² *Gazeta de Campinas*, Campinas (SP), 16 maio 1888, p. 1-2.

¹³ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 16 maio 1888, p. 3.

na praça José Bonifácio¹⁴. De acordo com a matéria do dia 17 de maio, que os classificou como homens de cor, eles deram vivas “à liberdade, ao dr. Antônio Bento, à imprensa etc.” Eles também foram “dançar em frente às redações dos jornais”, onde ouviram discursos de seus representantes. Em frente ao *Diário de Campinas*, Antônio Sarmiento “aconselhou aos manifestantes toda ordem e ao mesmo tempo amor pelo trabalho”¹⁵.

No domingo, dia 20 de maio, dois grupos de negros se manifestaram nas ruas de Campinas. Um deles era formado por “um numeroso grupo de libertos” e o outro, liderado pelas entidades citadas acima. A celebração do grupo de libertos recebeu somente uma pequena nota, informando apenas que andaram “pelas ruas da cidade” e “estiveram em samba, até depois da meia noite”, enquanto as festividades das três associações de homens de cor tiveram maior destaque, aparecendo antes da nota e com mais informações¹⁶.

José Lobo foi o principal orador desse préstito, declamando todas as homenagens às redações, personalidades e entidades da cidade. Antônio Sarmiento voltou a dizer aos libertos que eles deveriam “patenteiar toda a dedicação ao trabalho e amor à ordem, para se tornarem úteis e corresponderem às esperanças neles postas”. Figuras importantes como Francisco Glicério, Alberto Sarmiento e Atenor Guimarães, presidente da comissão dos festejos dos dias 12 e 13 e da “Sociedade Luiz de Camões”, também discursaram, porém no periódico somente é dito que eles agradeceram às homenagens. Os manifestantes foram às casas de diversas pessoas, até mesmo de Antônio Lobo, que caminhou desde o início, e de Antônio Sarmiento, mas ele os atendeu no prédio do seu periódico. A ida daquelas pessoas a seus dois estabelecimentos reforça a importância de suas atuações coletivas e individuais. Além dos ilustres da cidade, “durante todo o itinerário foram levantadas repetidas e entusiásticas aclamações ao dr. Antônio Bento, ao ministério, à Princesa Regente, Antônio Prado etc.”. A marcha acabou às 22 horas, no ponto de encontro inicial, o Largo do Teatro, em frente ao prédio da “Sociedade Filhas de Averno”, com as falas de Irineu da Silva, Indalécio de Vasconcellos, Alberto Sarmiento e Antônio da Costa Carvalho¹⁷.

A diferença de tratamento em relação às duas manifestações não parece ser uma casualidade, principalmente quando se observa as notícias dos festejos na década de 1890. A imprensa de Campinas e Piracicaba costumava reclamar que o 13 de maio passava despercebido porque não se organizavam comemorações nas duas cidades, porém, em alguns anos, há menções sobre a saída de grupos de “pretos”, “libertos” e “homens de cor” saudando a imprensa e os abolicionistas e, geralmente, fazendo samba até altas horas da noite. Nota-se, então, que as reclamações não eram por falta de comemorações, e sim por falta de práticas comemorativas que correspondessem às expectativas e às exigências de articulistas. Eles de-

¹⁴ *Ibidem*, p. 2.

¹⁵ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 17 maio 1888, p. 2.

¹⁶ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 22 maio 1888, p. 3.

¹⁷ *Ibidem*, p. 2-3.

sejavam que os aniversários da abolição da escravatura recebessem ares de solenidades cívicas, conforme se praticava nas capitais dos estados e do país.

A manifestação das três associações tinha caráter de solenidade cívica e forte participação de líderes locais, diferentemente daqueles que sambavam com zabumbas. A “Sociedade Beneficente Luiz Gama”, por exemplo, havia sido fundada após uma reunião de homens de cor “por iniciativa do sr. Sampaio Peixoto” e de Alberto Sarmento. Estes também ajudaram a redigir seus estatutos, ao lado de seu irmão, Antônio Sarmento, de Francisco Glicério, Antônio Lobo e o cônego Cipião Junqueira¹⁸. Sabe-se que os Sarmentos eram proprietários do *Diário de Campinas*, sendo Antônio seu diretor de redação durante as festividades. Ambos eram vereadores e membros do Partido Liberal e do PRP. Alberto foi mais longe na carreira política, alcançando o posto de deputado federal. Glicério e os irmãos Lobo também pertenciam à classe política da cidade, tendo os Lobo ligações com a imprensa, especialmente com o periódico *Cidade de Campinas* (PEREIRA, 2001).

Em Piracicaba, a “festa dos libertos” realizada em junho também tinha respaldo de uma figura pública importante: Torquato da Silva Leitão. De acordo com os anúncios, João de Almeida circulava pela cidade em nome de Leitão, que era o tesoureiro da comissão. Torquato Leitão dá nome a uma das principais vias desse município, foi um médico da cidade e esposo de Angelina da Conceição, filha de um importante fazendeiro, o Barão de Serra Negra. Ele também fez parte da Câmara Municipal, onde foi homenageado com a colocação de seu retrato na seção de municipalidade. Atuou como juiz de paz, coletor e inspetor de instrução pública¹⁹. Percebe-se que a aproximação com as lideranças locais ajuda explicar o porquê de certo regozijo ter mais destaque do que outros.

Aparentemente, aqueles que “estiveram em sambas” eram pessoas negras que resolveram se articular entre si para festejar de acordo com seus hábitos e costumes, como fizeram em outros momentos. Entre as manifestações com sambas e zabumbas, pode-se notar a incorporação das encenações da celebração oficial: davam-se vivas, visitavam-se sedes de jornais e ouviam-se discursos de lideranças locais. Entretanto, as notas tão sucintas parecem tentar rotulá-los como sambistas zabumbeiros e, conseqüentemente, minimizar sua participação nos eventos. Ou, talvez, houvesse a intenção valorizar a presença de políticos e jornalistas, assim, toda participação negra era minimizada – fosse de homens de cor associados, fosse de pretos ou libertos desassociados.

Renata de Moraes pesquisou as festas da abolição na Corte, entre 1888 e 1908, evidenciando a sua pluralidade de vozes e participantes. Ela indica que, nas festas cívicas organizadas pela imprensa, políticos e instituições governamentais, havia uma “tentativa de criação de memória, alimentada pelos jornais da época, por memorialistas que associaram símbolos,

¹⁸ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 18 maio 1888, p. 2.

¹⁹ Ver: CÂMARA Municipal de Piracicaba. *Torquato da Silva Leitão*. Disponível em: http://historia.camara-piracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato_da_silva_leitao. Acesso em: 3 ago. 2020.

heróis e textos a esses festejos e por aqueles que escreveram a História”. Formou-se um esquema do que teria sido este movimento e, “no entanto, em todas essas esquematizações um elemento principal dessa festa foi esquecido: o ex-escravo” (MORAES, 2010, p. 227). Na Corte, as celebrações de negros também apareciam em pequenas notas, exceto em casos de desaprovação de seus comportamentos, que também funcionavam como reforço de diferença entre os libertos e os homens brancos letrados. Adjetivos como “tosco”, “primitivo”, “repugnante”, “cômico” foram usados para classificar os festejos negros, que envolviam rodas de sambas, batuques e danças ao estilo “requebros”. A desqualificação das manifestações cheias de ancestralidade africana demonstra que, apesar de jornalistas reconhecerem que existiam “diferentes formas de manifestação de alegria”, havia padrões aceitáveis de celebração e que “em pleno momento de festa da igualdade, o que era diferente deveria ficar em outro lugar” (MORAES, 2012, p. 229).

A partir das “tentativas de criação de memória”, o destaque para os festejos com apoio político ganha outra importância: a de evidenciar as lideranças e sua participação nas campanhas abolicionistas. Determinados líderes locais foram alçados ao centro da causa e vistos como orientadores dos libertos. Por mais longa que seja a descrição das festas, o que se encontra nos periódicos são representações dela, feitas por articulistas e editores. Como aponta José Gonçalves, é função da mídia transportar “para um número (in) finito de pessoas a materialização de propostas, posições e estratégias de intervenção de seu projeto editorial”, que não são limitadas a sua chefia e aos proprietários. O projeto editorial é uma mecânica que engloba “toda uma rede de colaboração e redação, configurando-se como um projeto coletivo” (GONÇALVES, 2012, p. 95).

Há escolhas do que deve ser publicado ou não, bem como das maneiras de se publicar algo. A festa das associações, em Campinas, e a de junho em Piracicaba tiveram participação de muitas autoridades locais, que teriam discursado, mas só há resumos de alguns publicados. No caso campineiro, esse fato é mais evidente, porque o *Diário de Campinas* lista uma série de pessoas, inclusive o orador oficial da comemoração, sem apresentar o teor de suas falas. No geral, escreve que houve agradecimentos e ao público, exceto Antônio Sarmento. O ponto principal de sua fala aos libertos foi noticiado: que se mantivessem ordeiros e trabalhadores. Na verdade, em mais de uma ocasião esse pedido aparece em seu jornal, como se fosse um pedido institucional daquela folha e não somente dele.

A manutenção da ordem e dos negros em seus postos de trabalho é constante nos relatos das celebrações, geralmente por meio da frase final “não houve desordem”. Em outras partes do Brasil, pesquisadores encontraram conflitos abertos por conta das repressões sofridas pelos negros. Iacy Mata apresenta casos de invasões de terras, agressões verbais e físicas e, até mesmo, disputas político-partidárias nas práticas festivas de 13 de maio na Bahia. Assim como no interior paulista, na Bahia “os libertos parecem ter valorizado bastante o direito, na liberdade, de festejar e dançar a qualquer hora sem a necessidade de aprovação e supervisão

de um senhor ou feitor” (MATA, 2002, p. 37-38). Walter Fraga Filho encontrou elementos similares aos mencionados por Iacy Mata e afirmou que “os festejos traziam embutidos os conflitos acerca do que deveria se definir como liberdade” (FRAGA FILHO, 2010, p. 78). Enquanto ex-senhores e políticos procuravam manter a ordem, controlar os antigos cativos e discipliná-los para o trabalho, estes ocupavam as ruas provocando “em um só tempo, a inversão da ordem do Carnaval e a exaltação da liberdade do 2 de Julho” (FRAGA FILHO, 2010, p. 80). Essa comemoração ganhou ainda uma dimensão espiritual, que persiste até os dias atuais, quando “em muitos candomblés do recôncavo, no dia 13 de maio, realiza-se o culto ao preto velho, uma entidade que representa a luta e os sofrimentos dos antigos escravos” (FRAGA FILHO, 2010, p. 89).

Esse choque também aconteceu em Piracicaba e Campinas, com certas diferenças. A imprensa dessas cidades não condenou abertamente os modos de celebrações das populações negras, optou por silenciá-las e/ou minimizar sua presença entre as notícias. Durante a euforia pelo fim do escravismo, ela congratulava a nova condição dos negros, ao mesmo tempo em que esperava garantir sua permanência como força de trabalho barata, pedindo ao governo que criasse agências de trabalho e “aconselhando” os negros para que tivessem amor pelo labor e pela ordem.

Diante disso, pode-se observar uma dimensão política das festas organizadas por pessoas negras. As chamadas “festas dos libertos” mostram o interesse dos negros em participar como protagonistas das celebrações na condição de livres, e isso se revela tanto naquelas que tinham seus préstitos programados e organizados por associações, quanto nos batuques e sambas realizados por grupos “esparços”. Além da diversão, Beatriz Brusantini acredita que os folguedos organizados por negros, ainda no período escravista, na comarca de Narazeth em Pernambuco “possibilitaram dentro daquele cotidiano um momento de propor transformações e sonhar com novas opções de vida, como, por exemplo, a liberdade” (BRUSANTINI, 2011, p. 360). No contexto de libertação, ainda pode-se pensar em possíveis formas de transformações e de expectativas de vida, bem como em sentidos de liberdade. Para homens e mulheres negras que se agruparam com zabumbas virando madrugadas, ser livre poderia significar estar na rua, ocupar espaços públicos da cidade, festejar a seu modo sem que fossem reprimidos. Ser livre era poder exibir a sua felicidade publicamente, divertir-se sem a vigilância de um feitor. Era poder dar vivas a quem consideravam ter um papel de destaque no abolicionismo.

E os vivas vão para...

Em reunião, os sócios das sociedades “Filhos de Averno”, “Luiz Gama” e “Flor da Mocidade” e outros “libertos” de Campinas resolveram homenagear Antônio Bento em sua co-

memoração pelo fim do sistema escravista no dia 20 de maio. Enviaram, então, um convite para que ele fosse ao município para prestigiar a festa²⁰ e receber uma mensagem elaborada por eles que ficou exposta “na *vitrine* do ateliê fotográfico dos srs. Nickelsen & Ferreira”. Na placa, dizia-se que “os homens de cor, caluniados durante séculos, sofrendo os horrores da escravidão, têm também um coração que aninha sentimentos de Amor”; e, que graças à “falange ilustre dos defensores da raça oprimida”, na qual o doutor ocupava “lugar salientíssimo”, tornou-se “lícito à raça que entrou no convívio social o constituir família”. “Até há pouco” – seguia a mensagem – “transgredindo todos os preceitos da civilização, ainda se arrancavam dos braços de uma mãe os filhos adorados!”. E o sofrimento aumentava no caso das meninas, porque as “pobres e infelizes crianças, partículas da nossa alma, anjos de candura e pureza, tinham de entregar as suas capelas de virgens ao primeiro dos senhores”, que as obrigavam a serem suas amantes. A lei de 13 maio de 1888 “terminou de uma vez para o Brasil essa repugnante imoralidade que maculava duas raças – a dos opressores e dos oprimidos”²¹. Como o homenageado não foi à Campinas, uma comissão foi à cidade de São Paulo fazer a entrega²².

Neste caso, o fim da escravatura não se limitava a uma mudança no regime de trabalho, envolvia também reconfiguração sobre as relações sociais. Na condição de escravizadas, as populações negras estavam sujeitas a diversas formas de tortura porque, de acordo com a mensagem, não lhes reconheciam qualquer caráter de humanidade, sequer os sentimentos. Por isso, junto com a escravidão deveriam ter fim a ideia de inferioridade, a opressão, a violência, os abusos sexuais e qualquer outra forma de subalternização dos negros. Essas pessoas acreditavam que após a abolição seriam alçadas à condição de cidadãs e de seres humanos, portadoras de sentimentos e direitos. E, nessas posições, buscaram ocupar os espaços públicos, externar a quem eram gratos, os motivos de sua gratidão, bem como seus sentidos de escravidão e liberdade.

Renata de Moraes indica que pessoas de diferentes camadas sociais queriam contribuir e sentir-se participantes daquele momento histórico. Isso pôde ser visto na campanha de subscrição para a compra da pena de ouro, que seria usada pela princesa na assinatura da lei, quando, além da presença, muitas pessoas quiseram registrar seu posicionamento político ao assinarem como “republicano”, “liberto”, “libertador”, “aboliconista de todos os tempos”. Assim, a omissão de nomes se transformava em uma afirmação de posicionamento, da “especificidade de cada sujeito ou grupo” que participava da subscrição e de “seu posicionamento diante do movimento pela abolição” (MORAES, 2012, p. 176). Houve até pessoas de fora da Corte que queriam mostrar sua realidade. Um trio de Minas Gerais, por exemplo, escreveu que se mantinha anônimo em sua carta com os donativos porque em sua cidade, Porto

²⁰ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 19 maio 1888, p. 2.

²¹ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 20 maio 1888, p. 3.

²² *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 22 maio 1888, p. 2.

Novo do Cunha, era um crime ser abolicionista, correndo o risco de ser preso pelo delegado (MORAES, 2012, p. 175). Os pedidos de fechamento do comércio e do banco, os enfeites das estações de trem e o prolongamento da vida noturna naquela semana são outros pontos que reforçam as tentativas de participação.

Alguns abolicionistas de Louveira – na época, uma vila que fazia parte da cidade de Jundiaí – resolveram enviar uma carta ao *Diário de Campinas* com notícias da “festa modestíssima, mas bem significativa” que fizeram para solenizar o 13 de maio. Optaram por publicar nesse jornal de Campinas porque o consideravam como “um dos que mais se empenhou na grande luta contra a escravidão”. Também desejavam tornar público o “modo honroso” da celebração para mostrar “como a população louveirense estremec[ia] de júbilo pela patriótica lei que fez todos os brasileiros irmãos”. O rito foi o mesmo de outros festejos, porém não há menção à participação negra. Há a indicação que Antônio Bento foi reverenciado junto com outros abolicionistas, tanto de prestígio nacional, quanto da própria região, além do imperador e da princesa regente²³. Um correspondente do periódico descreveu como teria sido a festa na cidade de Jundiaí, provavelmente na região central, afirmando que “os pretos sambaram furiosamente [por] toda a noite”. No dia 13 de maio, não tinha sido agendada nenhuma celebração e o povo parecia indiferente. Somente com o anúncio do fim do escravismo muitos foram às ruas, em marcha, dando vivas. O evento principal ocorreu na terça-feira com a participação das associações e lideranças locais, encerrando a cerimônia com um baile que invadiu a madrugada, quando os negros voltaram a sambar e percorrer as ruas em vivas²⁴.

No *Diário de Campinas* parece que Antônio Bento tinha um prestígio maior do que outros abolicionistas, chegando a ser o único mencionado ao lado da imprensa em uma nota. A posição política frente ao escravismo do *Diário de Campinas* pode explicar o motivo pelo qual alguns de seus articulistas faziam questão de publicar as honrarias a Antônio Bento. Esse periódico ficou conhecido por circular diariamente e por suas propagandas abolicionistas e republicanas ainda no período imperial. Talvez, por isso, fosse importante registrar suas homenagens, afinal Bento era considerado o líder dos abolicionistas paulistas, um parceiro de causa dos responsáveis pelo periódico. Sua imagem poderia servir para evidenciar um abolicionismo mais radical, feito fora do parlamento, que pressionou parlamentares para a mudança das leis. Se o Gabinete 10 de Março e a princesa Isabel eram responsáveis pela assinatura da lei, os abolicionistas populares tinham igual importância na abolição. Para quem acreditava que a família real mudou seu posicionamento por causa do abolicionismo que alcançou as ruas, pessoas como Antônio Bento foram até mais importantes do que os governantes. Cabe ressaltar que os proprietários do periódico e o abolicionista eram adversários no ponto político-partidário: os primeiros, na época, militavam pelo Partido Liberal e o último, pelo Partido Conservador. No entanto, Alexandre Ferro Otsuka indica que A

²³ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 19 maio 1888, p. 2.

²⁴ *Idem*.

Redenção direcionou críticas a todos os partidos, tendo uma rivalidade maior com o PRP de Campinas, a quem direcionou mais textos contrários (OTSUKA, 2015, p. 161).

Em Piracicaba era diferente, Antônio Bento não era bem quisto, era considerado um abolicionista radical, e seu nome era mencionado entre outros que recebiam vivas. Em 1908, a “Sociedade Beneficente Antônio Bento”, fundada por homens de cor em 1901, trocou de nome a pedido de famílias abastadas que contribuíam de alguma forma com a entidade (TERCI; OLIVEIRA, 1989, p. 16-17). Naquele mesmo ano, o *Jornal de Piracicaba* e a *Gazeta de Piracicaba*, também, omitiram as homenagens dos homens de cor a ele²⁵. A postura de omitir o reconhecimento popular de Antônio Bento favorecia a imagem do abolicionismo parlamentar, sem conflitos de interesses. Nos editoriais da *Gazeta de Piracicaba* dizia-se que com a abolição o país estava livre de um sistema que manchava sua história e impedia seu progresso. Derrubado o escravismo, entendiam os responsáveis pela folha, o país poderia entrar no rol das grandes civilizações. Desta forma, pode-se concordar com a indicação de Celso Castilho, de que após a assinatura da lei se construíram diferentes narrativas sobre o fim do cativeiro, e que elas representavam visões e posições políticas específicas de cada grupo social. Para ele, a questão do fim do cativeiro perdurou como uma faceta importante da vida cívica e das formações raciais no pós-emancipação, essas narrativas também tiveram implicações na interpretação dos sentidos de cidadania (CASTILHO, 2016, p. 161).

Promulgada a lei nº 3353/1888, Basílio Rattes publicou questionamentos sobre a quem deveriam ser direcionados agradecimentos: “ao gabinete 10 de Março? A atual câmara temporária? Ao senado vitalício?”. Bradava que os “sacrifícios feitos pelo dr. Antônio Bento [...], que mão trepidava sacrificar sua vida nas mãos dos escravocratas da província; que, em segredo, ofereciam dinheiro” para quem o eliminasse, colocava-o em uma posição distinta daquelas figuras. Para ele, alguns homenageados do governo eram “comparsas dos reposteiros ministeriais [...] do velho Wanderley, crismado por barão de Cotegipe”, perseguidores dos abolicionistas. Pelo menos na Província de São Paulo, “os novos cidadãos” deviam “o terem-se quebrados os grilhões do cativeiro” aos abolicionistas, “os novos cidadãos devem beijar e louvar a destra do dr. Antônio Bento, que empunhou a pena sem vacilar e com coragem de espartano” para que fosse riscada a instituição “Escravo”. Era a ele que Basílio Rattes saudava, chamando de “glorioso batalhador” que não seria esquecido no futuro, quando estaria registrado “como um dos paladinos da Redenção do cativeiro no Brasil” e ergueriam “um monumento íntimo do coração [...] a Eterna Gratidão”²⁶.

²⁵ Relato dos festejos nos jornais: “13 de Maio”. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 5 maio 1908, p. 2; “13 de Maio”. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 10 maio 1908, p. 1; “13 de Maio”. *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 14 maio 1907, p. 2; “13 de Maio”. *Jornal de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 21 abr. 1907, p. 2. O registro da sessão solene foi feito em: Sociedade Beneficente Antônio Bento. “Sessão Solene”. *Livro de Atas n. 1 (1901-1913)*. Arquivo Histórico da Sociedade Beneficente 13 de Maio. 13 maio 1908.

²⁶ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 19 maio 1888, p. 3.

De acordo com Walter Fraga Filho, o conflito partidário que “marcou toda a discussão em torno dos destinos da escravidão, ressurgiu com toda força nos festejos do 13 de maio”. O senhor de engenho e comerciante Aristides Novis, em uma carta endereçada ao barão de Cotegepe, demonstrou seu descontentamento com as manifestações públicas que contavam com a presença de muitos ex-escravos e faziam “muitas homenagens ao conselheiro Dantas, Rio Branco, Joaquim Nabuco e outros chefes liberais”, enquanto o “nome de João Alfredo, chefe do gabinete conservador, foi pouco ovacionado” (FRAGA FILHO, 2010, p. 79). Examinando a festa de Nosso Senhor do Bonfim, o historiador descobriu um samba popular que fazia referência ao abolicionista Eduardo Carigé. Em um de seus trechos as pessoas cantavam “ô ioiô Carigé, de cá meu papé”, demonstrando que o consideravam como um dos responsáveis pela abolição da escravatura (FRAGA FILHO, 2006, p. 125).

Em Vila Viçosa, também na Bahia, Iacy Mata aponta que seis dias após a extinção do cativo, “os libertos andaram pelas ruas da cidade, dirigindo vivas e mais vivas ao Padre Geraldo, à república e ao Partido Liberal” e, junto com o presidente da Câmara, também gritaram “morram os conservadores” (MATA, 2002, p. 40-41). O líder religioso local recebia as honrarias porque no dia 15 de maio fora às fazendas para libertar pessoas que ainda estavam escravizadas, “ordenava-lhes que deixassem os serviços porquanto ele já os tinha libertado” (MATA, 2002, p. 42). Para Iacy Mata, as situações de confrontos, de apoio e rejeição a um partido mostram “a capacidade que os libertos tiveram de, explorando as fissuras entre senhores motivadas por filiações partidárias, desafiar aos ex-senhores e autoridades policiais que tentavam, a todo tempo, mantê-los no papel que haviam desempenhado na escravidão” (MATA, 2002, p. 45).

Sobre o artigo de Basílio Rattes, parece que muitos negros concordavam com seu posicionamento e eram gratos a Antônio Bento, contudo essa gratidão não se dirigia somente a ele e nem era desprovida de qualquer crítica. Em março de 1889, por “ordem do senhor dr. Antônio Bento, prestigioso chefe da Guarda Negra” da Província de São Paulo, foi convocada uma reunião com os membros da entidade, “para fins instrutivos” – de acordo com uma mensagem assinada por Joaquim Luiz, Eduardo Prado C. de Carvalho, Giovanni Santicato, Luigi Bastini, F. Laist, Malachias Melchert e Fidelis Romoaldo. No entanto, não houve a participação de negros. Apareceram “alguns grupos de curiosos [que] esperavam pelas imediações” e membros de “uma banda de música que executou uma peça qualquer”. Um “boato” dizia que “os homens de cor não apareceram, como forma de protesto tácito – de que não aderiam aquilo de que eles não foram iniciadores, a que iam servir de instrumentos passivos, aliciados por algumas cabeças sem princípios, sem escrúpulos e sem patriotismo”²⁷.

Chama a atenção a quantidade de nomes italianos na assinatura da mensagem, três entre sete assinantes. Este fato e o boato sugerem que homens brancos fossem os líderes da “Guarda Negra” na cidade. Porém, na mensagem é dito que era uma convocação aos mem-

²⁷ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 13 mar. 1889, p. 1.

bros da Guarda, indicando que ela já operava. Por isso, não se pode descartar a hipótese de que era uma armadilha contra as pessoas negras que tivessem alguma proximidade à causa, fosse por filiação de seus pensamentos ou atuação nessa entidade, afinal não se sabe quais seriam as verdadeiras intenções dos “grupos de curiosos”. Assim, pode não ter havido adesão por medo de alguma represália e pode ser que seus integrantes soubessem que essa era uma mensagem falsa.

De todo modo, vê-se mais um motivo para o desagrado com imagem de Antônio Bento em Piracicaba e tentativas de participação política por parte dos negros, que, mesmo grato ao abolicionista, não aderiram a sua suposta causa de defesa do trono. A *Gazeta de Piracicaba* não queria acreditar o dr. Antônio Bento usasse “o prestígio de seu nome” para “defender um trono”, ainda mais porque ele era de “espírito lúcido”, “um dos infatigáveis lutadores da grande causa da abolição dos escravos”. Já os membros da “Guarda Negra” eram pessoas que “procuram servir-se de todos os meios para fomentar ódios que não existem, e que acarretariam, como consequência, maior desorganização à lavoura e lutas renhidas entre as duas raças”. Por isso, a postura dos homens de cor era um “belo e eloquente exemplo”; “uma lição sublime de paz, de igualdade e de fraternidade”²⁸.

A “Guarda Negra”, fundada na Corte cerca de um mês após a extinção da escravatura, era formada por libertos que apoiavam o regime imperial. De acordo com Wlamyra Albuquerque, “entre junho de 1888 e novembro de 1889, a Guarda Negra tumultuou e inviabilizou comícios, invadiu sedes de jornais, ameaçou de morte lideranças republicanas e obrigou muita gente a dar vivas, a contragosto, à monarquia e à princesa Isabel” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 48). Para Flávio Gomes, havia dois entendimentos sobre essa instituição: no primeiro caso, dizia-se que ela era composta por navalhistas que somente se utilizavam de força bruta, e que era sustentada pela Coroa e pelo ministério conservador de João Correia de Oliveira – Rui Barbosa defendia essa hipótese; no segundo, José do Patrocínio a definia como um partido político legítimo como qualquer outro. O historiador considera que a atuação da Guarda Negra remete à discussão sobre a participação política e autonomia dos libertos, porque eles “podiam ver aqueles ataques ao Império como uma forma de reversão, pelo menos do ponto de vista jurídico, da sua situação social que conquistaram com o 13 de maio”. Muitos ex-senhores se tornaram republicanos por insatisfação com fim a escravatura, por isso, aponta Gomes, “o discurso de indenização muitas vezes cheirava a reescravização. Mais do que nunca era chegada a hora de os libertos gritarem mais alto o seu ‘não quero’” (GOMES, 2011, p. 19).

Além dos casos apresentados no início do artigo, há outras situações que indicam a participação da “Guarda Negra”, especialmente nas festas de 13 de maio. Parece que o medo dos proprietários do *Novidades* não se confirmou, porém o perigo de ser atacado era real. Nas celebrações do primeiro aniversário da abolição da escravatura no Rio de Janeiro, houve

²⁸ *Idem.*

pequenos conflitos por conta dos “vivas levantados à República e à Monarquia, por pequenos grupos de populares”, contudo, a ronda policial soube apaziguar “os ânimos um tanto exaltados”²⁹. Em frente ao edifício do *Diário de Notícias*, “foi disparado um tiro de revólver” quando um préstito passou por lá causando uma desordem durante a noite³⁰.

O *Novidades* podia sofrer com a fúria da Guarda porque, em sua oposição ao regime monárquico, ele também se mostrava contrário ao fim do sistema escravista de forma imediata. No artigo comemorativo, classificava a extinção do cativo como um ato “impenhoso e importuno, feito discricionária e revolucionariamente, [que] foi causador de males tanto para brancos, como para pretos”, e acusava o “ministério redentor” de ser formado por “homens que sempre combateram a abolição, com a fúria de irem até na Bíblia” procurar elementos para justificar a permanência do escravismo. Eram homens da “Bíblia e da escravidão”, portanto, que abandonaram o “lavrador aos seus próprios recursos e o liberto aos seus instintos, sem ter acudido às necessidades de um, nem de outro”³¹. Como se pode notar, não era nenhuma loucura pensar que o discurso pela derrubada do Império estava associado à reescravização. Para o *Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio, as críticas irônicas ao governo monárquico explicitavam “o ódio do *Novidades* aos libertos”. Sobretudo, ao ironizar o apelido “a redentora”, que a princesa Isabel teria recebido do povo, o periódico achincalhava os libertos naquilo que tinham “de mais caro, a gratidão, como que julgando-os incapazes de sentimentos dignos e nobres”³². Mais uma vez, a liberdade está vinculada ao reconhecimento de valores de humanidade.

Em Minas Gerais, ocorreram “graves desordens promovidas por mais de 100 libertos, que expulsaram violentamente” Luiz Orsini, “ameaçando-o por pretender realizar uma conferência republicana”³³. Suas palestras ainda causavam polêmicas em agosto daquele ano. Ele era redator do periódico republicano *O Movimento*, de Ouro Preto, e usou este periódico para acusar o delegado Antônio da Costa Pinto de o ter ameaçado e impedido de discursar na Vila do Jequitáí. Em seu manifesto, Luiz Orsini publicou uma lista de nomes de pessoas que teriam presenciado tudo. No entanto, o delegado, que fora demitido, e ao menos dois signatários discordavam sobre a responsabilidade dos tumultos. Segundo Costa Pinto, o republicano insultava o imperador e algumas pessoas tentaram atacá-lo, ele, então, resolveu encerrar a conferência para evitar maiores conflitos. Ainda, ao encontrar com algumas pessoas que assinaram o documento, soube que elas não tinham conhecimento que seriam usadas em uma acusação contra a sua postura, acreditavam que estavam testemunhando que o palestrante fora atacado. Corroboraram com o delegado demitido os senhores Jeronimo Francisco Velloso e João Soares Ribeiro, dizendo que assinaram “o manifesto, no sentido

²⁹ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 1889, p. 1.

³⁰ *Novidades*, Rio de Janeiro, 14 maio 1889, p. 2.

³¹ *Novidades*, Rio de Janeiro, 13 maio 1889, p. 1.

³² *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1889, p. 1.

³³ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 15 maio 1889, p. 2.

unicamente do procedimento dos ex-escravos” contra Orsini e que o “ex-delegado de polícia, dissolvendo a reunião convocada pelo cidadão Luiz Orsini, só teve em vista manter a ordem e evitar conflito certo, o que por modo algum podia ser reprovado por quem quer que seja”³⁴.

Três dias depois, em 31 de agosto, um grupo de cidadãos ilustres, como o vigário, o juiz de paz, suplentes de delegado e subdelegados, vereadores, entre outros, protestaram contra o manifesto de Orsini e em apoio ao ex-delegado. Para eles, os xingamentos do redator a Dom Pedro II em um “distrito que é unanimemente monarquista” causaram os distúrbios, ainda mais “por ser ocasião de festas”, quando o povo estava “um pouco exaltado”. A dissolução da conferência evitou “conflito grave e certo” e Costa Pinto “salvou a vida do propagandista”, que ao invés de “agradecer o grande benefício que acabava de receber”, resolveu tratar da vida privada de Pinto e dizer “a seu respeito palavras mais injuriosas, procurando assim massacrar seu crédito, sua reputação, honra e dignidade”. Alguns signatários fizeram questão de se identificar como eleitores³⁵.

Esses conflitos apontam para as tentativas de usos da abolição como um suporte às aspirações de diferentes grupos políticos e os diferentes posicionamentos dos libertos. As diversas correntes abolicionistas concordavam que colocar um fim à escravidão significava levar o progresso à nação, por isso, em boa parte de suas discussões, tentavam definir a quem cabia a responsabilidade da abolição, tentando criar um discurso histórico de um movimento homogêneo regido por um determinado grupo. Os defensores do sistema republicano diziam que o regime monárquico teria mantido a escravidão por muito tempo, abolindo-a somente por pressão popular, mas que seus adeptos não teriam aderido de fato ao movimento; os monarquistas lembravam que a lei era obra do Partido Conservador e da Princesa Isabel. Em ambos os lados se construía narrativas que evidenciavam o apoio dos libertos e reforçavam sua tutela. No artigo sobre o esvaziamento da reunião da Guarda Negra, a *Gazeta de Piracicaba* finaliza afirmando que naquele momento, à “classe de homens resgatados pela áurea lei de 13 de maio” deveria ser ensinado “a ler, a trabalhar e a conhecer as leis do país em que vivem” e que “a política que julgarem melhor, eles a terão depois quando forem cidadãos, em toda extensão da palavra”³⁶.

Por outro lado, há indícios de escolhas, organização e autonomia. Em fevereiro de 1889, o *Diário de Campinas* noticiou que aproveitando “uma festa em honra do padroeiro dos pretos, São Benedito, em frente à respectiva capela [...] os homens de cor reuniram-se, sem intuídos políticos, para protestarem contra a organização da *Guarda Negra* e contra o recrutamento forçado”. No texto lido pelo “cidadão Francisco Gonçalves de Andrade” dizia que “os libertos” ali “reunidos em assembleia popular para tratarem dos interesses de sua classe” não concordavam de modo algum com a Guarda e a defesa do trono da princesa, entendiam

³⁴ *A Província de Minas*, Ouro Preto, 28 ago. 1889, p. 3.

³⁵ *A Província de Minas*, Ouro Preto, 31 ago. 1889, p. 3.

³⁶ *Gazeta de Piracicaba*, Piracicaba (SP), 13 mar. 1889, p. 1.

que “a emancipação foi feita pelo povo e pelo exército brasileiro”, que deviam “gratidão a todos os abolicionistas sem distinção de cor [e] política”. Eles não se julgavam “obrigados a defender o trono da senhora Princesa D. Isabel, a quem” eles votavam “respeito igual” ao que tributavam “a todos quantos nacionais ou estrangeiros, [que] se empenharam na luta abolicionista”. Reiteravam que eram brasileiros e, por isso, não queriam “ódios de raça”. Contrários ao recrutamento, eles se colocavam dispostos “a fazer alianças com os patriotas” para reagirem “contra a caçada de homens livres que faz lembrar os pegados dos antigos escravos”. Finalizavam afirmando: “somos brasileiros, saímos do cativeiro e queremos viver como homens livres”³⁷.

Chama a atenção nesse manifesto que os homens de cor tenham associado o recrutamento forçado às práticas de pegados do período escravocrata, além de enfatizar sua condição de pessoas livres. Eles também se esquivaram de tomar partido entre republicanos e monarquistas, elegendo o abolicionismo e a abolição como movimento e fato que mereciam sua gratidão. Não é impensável que na “numerosa reunião” houvesse adeptos das duas correntes, que se sentiam unidos pela luta por liberdade e sua manutenção e, por isso, tomaram a decisão de não expor uma preferência partidária.

Petrônio Domingues e Matheus de Jesus já teceram críticas à postura de parte da historiografia que argumenta que “a gente de cor”, especialmente os libertos, identificava-se ou mesmo estabelecia vínculos afetivos com o Império”, chegando ao ponto de abordar “esse segmento populacional de uma perspectiva unilateral, sem apreender suas ambivalências, motivações e lógicas próprias” (DOMINGUES, 2014, p. 122). Na Corte mesmo, a “Guarda Negra” enfrentou a oposição do “Club Republicano dos Homens de Cor” e no Estado de São Paulo houve diversas manifestações contrárias lideradas por pessoas de cor (p. 122). Conforme indicação de Matheus de Jesus, é preciso se atentar a esse contexto em que os termos “republicano” e “monarquista” não possuíam contornos culturais e políticos fixos”, principalmente entre a intelectualidade negra preocupada “em conciliar o debate sobre a forma de governo com as expectativas políticas dos últimos escravos brasileiros libertados com a abolição” (JESUS, 2018, p. 311).

Outro aspecto importante é o local de encontro que, talvez não por coincidência, era o mesmo onde as populações negras começavam e/ou terminavam suas festas de 13 de maio: em frente à capela de São Benedito. A construção dessa capela está ligada a história dos membros da Irmandade de São Benedito, em especial Tito de Camargo de Andrade, o mestre Tito, um liberto que planejou sua obra, chegando a contrair dívidas e disputar poder com o vigário³⁸. Em ao menos duas ocasiões, o jornal *Getulino* publicou artigos sobre a história desse homem, na década de 1920, considerando-o como responsável pela construção do templo, mesmo ele tendo morrido anos antes de sua finalização, em 1882. É possível que os

³⁷ *Diário de Campinas*, Campinas (SP), 19 fev. 1889, p. 2.

³⁸ Ver: Xavier (2008).

esforços de mestre Tito e de seus irmãos de devoção estivessem na memória das populações negras de Campinas, ainda que os membros da irmandade e os devotos do santo também estivessem naquele Largo para prestar suas homenagens a São Benedito, à irmandade e a seus antigos membros.

Cabe lembrar que estudos sobre as irmandades negras mostram que elas atuaram na conquista de alforrias de seus irmãos, logo, rezar as missas em sua igreja seria uma forma de homenagear o santo e os antigos irmanados, alçando-os à categoria de figuras importantes no processo abolicionista. De acordo com Ângela Alonso, em junho de 1887, Antônio Bento “pedira ofício episcopal do clero paulista com a declaração de não possuir escravos, como homenagem ao jubileu do papa”, e o vigário-geral do bispado de São Paulo se comprometeu a conceder porque, durante a festa de São Benedito, ele pedira a “intercessão do santo, preto, humilde e grande perante a Deus, para que a liberdade” fosse efetivada no Brasil (ALONSO, 2015, p. 333). Dessa forma, poder-se-ia entender que o santo, através de ações no plano espiritual, agiu em favor dos escravos da Igreja.

Os negros piracicabanos também se reuniam no largo em honra a São Benedito durante as festas de 13 de maio, como aconteceu em outras partes do Brasil, em que diversos símbolos registravam sua presença nas homenagens. Iacy Mata aponta que durante as comemorações de ex-escravizados no sul da Bahia, houve quem homenageasse o santo como se ele fosse um dos responsáveis pela abolição. O padre Geraldo, por exemplo, discursou com a imagem do santo nas mãos para os negros que “ele libertara” (MATA, 2002, p. 40). Os gestos de se concentrar em frente e/ou fazer missas nas igrejas de São Benedito, cantar seu nome, carregar sua imagem, entre outras ações, davam a todos – santo, irmandade e seus membros – a mesma importância que outros abolicionistas tinham na conquista da liberdade. Para alguns negros, isso poderia configurar um tipo de culto aos ancestrais. A saudação a esta capela era mais uma demonstração do interesse dos negros em participar ativamente da sociedade que viviam, indicando que ali era um local com relevância igual aos túmulos dos abolicionistas.

Considerações finais

No prefácio do livro de Osório Duque Estrada, *A abolição – um esboço histórico (1831-1888)*, Ruy Barbosa afirmou que “cada facção, cada grupo, cada interesse, cada seita, cada fanatismo, cada ódio, cada vingança” tinha “o seu ídolo, ou sua vítima, a sua calúnia, ou a sua apologia”, que afloravam “em cada comemoração, a cada aniversário” da abolição (BARBOSA, 1918, p. VI-VII). Ao que tudo indica, a valorização de um grupo em detrimento de outro já estava presente logo que anunciaram que a lei fora assinada. Na onda de comoção que atingiu diversos setores da sociedade, pode-se perceber as tentativas de protagonismo das populações negras ao realizarem suas próprias homenagens, ao ocuparem os espaços

públicos das cidades, ao festejarem a seu modo, com sambas ou solenidades. Em todas essas ações, buscavam notabilidade de sua presença como parte da população que celebrava.

O tratamento desigual dado pelos noticiários entre as festas de homens de cor (apoiados pelas lideranças políticas) e de pretos (em sambas com zabumbas) não parece indicar que havia dois ou mais grupos de negros que não se relacionavam entre si, nem mesmo que eram vistos diferentemente. O grupo que saiu às ruas de Campinas no dia 15 de maio foi chamado de “pretos” em um dia e, em outro dia, de “homens de cor”. Além disso, a solenidade organizada pelas associações de homens de cor campineira foi encerrada em um local não muito longe de onde estiveram concentrados os pretos em sambas com zabumbas. Não é difícil imaginar que ao fim de um evento alguns de seus participantes tenham ido sambar na praça. A identificação mais usada era “liberto” – que não correspondia aos negros que efetivamente se tornaram livres após a sanção da Lei Áurea, era mais um termo genérico para se referir aos negros naquele momento, que evidenciava a diferença entre eles e os brancos. Detalhar uma comemoração e resumir ou nem mencionar outra eram estratégias dos articulistas para valorizarem a si mesmos e seus grupos políticos. As celebrações pelo fim da escravidão foram noticiadas para reforçar o papel de liderança de articulistas e políticos, que mandavam uma mensagem aos “novos cidadãos”: mantenham a ordem e trabalhem. Por isso, até mesmo nas longas citações não há o teor dos discursos das lideranças negras.

Ser visto como responsável pela abolição da escravatura no Brasil era fundamental para os rumos do país, para as forças políticas e a manutenção do regime imperial. Houve um rearranjo no cenário após essa decisão, o Partido Republicano cresceu com a entrada de escravocratas insatisfeitos, e todos os grupos políticos em disputa consideravam o apoio dos libertos estratégico para fortalecimento de suas causas. Contudo, junto com as narrativas de adesão negra a suas pautas, havia os discursos de cidadania incompleta dos negros, que deveriam ser tutelados, quando não vigiados, pelas elites intelectual e política. Isso não foi o suficiente para impedir que as populações negras participassem desse debate. Por meio dos sambas, das placas de honra e, até mesmo, dos tumultos provocados pela “Guarda Negra”, as populações negras demonstraram seus posicionamentos, que eram tão diversos quanto suas formas de expressão, convergindo no apoio à liberdade.

Os sentidos de liberdade, que puderam ser apreendidos durante as manifestações, extrapolavam a ideia de trabalho assalariado. Os libertos sentiam que o fim do regime escravista deveria colocar fim à “calúnia” de que não tinham sentimentos, aptidões humanas e a qualquer outro argumento usado para justificar a sua opressão. Além da igualdade de direitos, acreditavam que a libertação dos escravos reconhecia a sua humanidade, por isso fizeram questão de demonstrar que eram capazes de se organizar e pautar discussões próprias, como dizer a quem eram gratos pela abolição.

Periódicos

A Província de Minas, Ouro Preto (MG), 28 ago. 1889.

A Província de Minas, Ouro Preto, 31 ago. 1889.

A Província de São Paulo, São Paulo, 14 maio 1889.

A Província de São Paulo, São Paulo, 15 maio 1889.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 27 mar. 1889.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 16 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 17 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 18 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 19 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 10 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 22 maio 1888.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 19 fev. 1889.

Diário de Campinas, Campinas (SP), 15 maio 1889.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 13 maio 1888.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 31 maio 1888.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 12 jun. 1888.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 13 jun. 1888.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 15 jun. 1888.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 13 mar. 1889.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 14 maio 1907.

Gazeta de Piracicaba, Piracicaba (SP), 5 maio 1908.

Gazeta de Campinas, Campinas (SP), 16 maio 1888.

Jornal de Piracicaba, Piracicaba (SP), 21 abr. 1907.

Jornal de Piracicaba, Piracicaba (SP), 10 maio 1908.

Novidades, Rio de Janeiro, 11 maio 1889.

Novidades, Rio de Janeiro, 13 maio 1889.

Novidades, Rio de Janeiro, 14 maio 1889.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. “É a Paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Experiências da emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 45-62
- ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.
- BARBOSA, Ruy. Prefácio. In: ESTRADA, Osorio Duque. *A abolição – esboço histórico, 1831-1888*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.
- BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: relações sociais e as culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (comarca de Nazareth - 1870-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CÂMARA Municipal de Piracicaba. *Torquato da Silva Leitão*. Disponível em: http://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/438-torquato_da_silva_leitao. Acesso em: 3 ago. 2020.
- CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: republicanos de cor no Brasil. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 121-154.
- FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social (UNICAMP)*, Campinas, n. 19, p. 63-90, 2010.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos. “No meio de águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Experiências da emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 15-43
- GONÇALVES, José Roberto. *O Getulino – um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1926)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- JESUS, Matheus Gato de. Negro, porém republicano. In: *Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. SCHWARCZ, Lilia; MACHADO, Maria Helena. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 305-317

MATA, Iacy Maia. *Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição* (1888-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. *OPISIS*. v. 7, n. 9, p. 215-228, jul.-dez. 2010.

OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, José Galdino. *Os negros e a construção da sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas - 1896 a 1914*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

TERCI, Eliane Tadeu; OLIVEIRA, José Francisco. História e memória negra na região de Piracicaba: a Sociedade Beneficente 13 de Maio. *Impulso*, Piracicaba, Ano 3, n. 5, p. 5-20, 1º sem. 1989.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos: o processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho: Piracicaba: 1970-1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: Mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.